

TEORIA GERAL DO PROCESSO

J. E.
CARREIRA
ALVIM

25^a
edição

revista,
atualizada e
reformulada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 18.01.2024
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
-
- Capa: Aurélio Corrêa

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

A483t
25. ed.

Alvim, J. E. Carreira (José Eduardo Carreira), 1944
Teoria geral do processo / J. E. Carreira Alvim. - 25. ed., rev. e atual. - Rio de Janeiro : Forense, 2024.
352 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-3099-442-6

1. Direito processual. 2. Direito processual - Brasil. 3. Direito processual civil
Brasil. 4. Processo civil - Brasil. I. Título.

24-87775

CDU: 347.91/.95(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária - CRB-7/6439

SUMÁRIO

.....	
CAPÍTULO 1 – PROPEDÊUTICA PROCESSUAL	1
1 Análise de conceitos processuais básicos	1
1.1 Necessidade	1
1.2 Bem	2
1.3 Utilidade	2
1.4 Interesse	2
1.4.1 Espécies de interesses	3
1.5 Conflito de interesses	4
1.5.1 Conflito subjetivo de interesses	4
1.5.2 Conflito intersubjetivo de interesses	4
1.5.3 Causas dos conflitos de interesses	5
1.6 Pretensão	5
1.7 Resistência	5
1.8 Lide	6
2 Formas de resolução dos conflitos de interesses	6
2.1 Autodefesa	6
2.1.1 Notas essenciais da autodefesa	7
2.2 Autocomposição	8
2.2.1 Característica da autocomposição	8
2.3 Processo e sua evolução	9
2.4 Processo, ação e jurisdição	10
2.4.1 Processo e sua origem	10
2.4.2 Processo e suas características	10
2.5 Definição de processo	11
3 Processo e atuação do direito objetivo	11
3.1 Direito objetivo ou ordenamento jurídico	11
3.2 Relações entre processo e direito objetivo	12
3.2.1 Teoria dualista do ordenamento jurídico	12
3.2.2 Teoria unitária do ordenamento jurídico	12
3.3 Atuação do direito objetivo	12
4 Escopo do processo	13
4.1 Corrente subjetivista do processo	13
4.2 Corrente objetivista do processo	14
4.3 Crítica às concepções objetivista e subjetivista	14

4.4	Corrente subjetivista-objetivista ou mista	15
	Bibliografia	16
CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA PROCESSUAL		17
1	Análise comparativa dos processos romano, germânico e comum medieval	17
1.1	Declínio do processo romano	17
1.2	Processo romano-canônico	17
1.3	Escola dos Glosadores e Pós-glosadores	18
1.4	Cotejo entre os diversos tipos de processo	18
1.4.1	Escopo do processo	18
1.4.2	Função do juiz	18
1.4.3	Atos do juiz	19
1.4.4	Função da prova	19
1.4.5	Coisa julgada	20
1.4.6	Forma do processo	20
2	Evolução da doutrina processual	21
2.1	Etapas na evolução doutrinária do processo	21
2.1.1	Primitivismo	21
2.1.2	Judicialismo	21
2.1.2.1	Direito comum e a recepção	22
2.1.3	Praxismo	22
2.1.4	Procedimentalismo	23
3	Revisão científica do direito processual	23
3.1	Processualismo científico	23
3.1.1	Doutrina de Bülow e a autonomia do processo	24
3.1.1.1	Triunfos da doutrina de Bülow	24
3.2	Doutrina de Wach e a autonomia da ação	25
3.3	Doutrina de Degenkolb e de Plósz	25
3.4	Discípulos de Bülow e de Wach	26
3.5	Doutrina de Chiovenda e a prolusão bolonhesa	26
4	Autonomia e publicização do direito processual	26
4.1	Evolução do processo, da ação e da jurisdição	26
4.2	Criação de uma dogmática processual	27
5	Unitarismo e dualismo na ciência do processo: evolução e significação da parêmia	27
5.1	Unidade e dualidade do direito processual	27
5.1.1	Teoria unitária do direito processual	27
5.1.1.1	Argumentos da corrente unitarista	28
5.1.1.2	Argumentos da corrente dualista	29
6	Elaboração de uma teoria geral do processo	30
7	Teoria geral do processo e métodos de elaboração	31
7.1	Métodos de elaboração	31
7.1.1	Método realista ou empírico	31
7.1.2	Método racionalista ou silogístico	31

8	Tendência unificadora do direito processual e suas manifestações doutrinárias e legislativas.....	31
8.1	Unificação doutrinária do direito processual.....	31
8.2	Manifestações legislativas do direito processual unificado.....	32
9	Trilogia estrutural do direito processual: jurisdição, ação e processo.....	32
9.1	Autonomia do direito processual.....	32
9.2	Jurisdição.....	32
9.3	Ação.....	32
9.4	Processo.....	33
9.5	Trilogia estrutural do direito processual.....	33
10	Macrossistema, microsistema, sistema periférico e integração do sistema processual.....	34
10.1	Macrossistema processual, microsistemas e sistema periférico.....	34
10.1.1	Integração do sistema processual.....	34
	Bibliografia.....	35
	CAPÍTULO 3 – PODER JUDICIÁRIO	37
1	Poder Judiciário: estrutura.....	37
1.1	Órgãos do Poder Judiciário.....	37
1.1.1	Supremo Tribunal Federal.....	38
1.1.2	Conselho Nacional de Justiça.....	38
1.1.3	Superior Tribunal de Justiça.....	39
1.1.4	Tribunais Regionais Federais.....	39
1.1.5	Justiça do Trabalho.....	40
1.1.5.1	Tribunal Superior do Trabalho.....	40
1.1.5.2	Tribunais Regionais do Trabalho.....	40
1.1.5.3	Varas do Trabalho.....	40
1.1.5.4	Competência anômala da Justiça do Trabalho.....	40
1.1.5.5	Arbitragem na Justiça do Trabalho.....	41
1.1.6	Justiça Eleitoral.....	41
1.1.6.1	Tribunal Superior Eleitoral.....	41
1.1.6.2	Tribunais Regionais Eleitorais.....	41
1.1.6.3	Organização e competência dos juízos e juntas eleitorais.....	42
1.1.7	Justiça Militar da União.....	42
1.1.7.1	Superior Tribunal Militar.....	42
1.1.8	Justiça Estadual e do Distrito Federal.....	42
1.1.8.1	Tribunais de Justiça.....	42
1.1.8.2	Varas estaduais e do Distrito Federal.....	42
1.1.8.3	Justiça Militar Estadual.....	43
1.1.8.4	Inserção do leigo na administração da justiça.....	43
2	Organização judiciária.....	44
2.1	Conceito de organização judiciária.....	44
2.2	Organização da Justiça Federal e das justiças estaduais.....	44

2.3	Comarcas, seções, subseções e circunscrições judiciárias	44
2.3.1	Classificação das comarcas	44
2.4	Competência regional da Justiça do Trabalho e da Eleitoral.....	45
3	Unidade e duplo grau de jurisdição	45
3.1	Unidade ou dualidade de instâncias	45
3.1.1	Argumentos contrários ao duplo grau de jurisdição.....	45
3.1.2	Argumentos favoráveis ao duplo grau de jurisdição	45
3.2	Duplo grau obrigatório de jurisdição	46
4	Composição dos juízos e tribunais.....	46
4.1	Distinção entre juízo ou vara e juiz.....	46
4.2	CrITÉRIOS de composição dos juízos e tribunais.....	47
4.2.1	Juízo único em primeiro e em segundo grau de jurisdição.....	47
4.2.2	Juízo colegiado em primeiro e segundo grau de jurisdição.....	47
4.2.3	Juízo único em primeiro e colegiado em segundo grau de jurisdição	48
5	CrITÉRIOS de ingresso na magistratura.....	48
5.1	Eleição pelo voto popular.....	48
5.2	Livre escolha pelo Executivo.....	48
5.3	Livre nomeação pelo Judiciário.....	48
5.4	Nomeação pelo Executivo com aprovação do Legislativo	49
5.5	Nomeação pelo Executivo por indicação do Judiciário ou do Legislativo	49
5.6	Nomeação pelo Executivo por indicação do Judiciário com aprovação do Legislativo.....	49
5.7	Nomeação pelo Executivo por indicação da OAB e do Ministério Público, com a participação do Judiciário e do Legislativo.....	50
5.8	Escolha por órgão especializado.....	50
5.9	Escolha por concurso.....	50
5.10	Escolha por sorteio.....	51
6	Garantias da magistratura	51
6.1	Tipos de garantias outorgadas aos juízes.....	51
6.1.1	Verdadeira garantia política dos juízes.....	52
6.2	Independência jurídica dos juízes.....	52
7	Auxiliares da Justiça: conceito e classificação.....	52
7.1	Auxiliares da Justiça <i>latu sensu</i>	53
7.1.1	Classificação dos auxiliares da Justiça.....	53
7.1.1.1	Órgãos auxiliares permanentes.....	53
7.1.1.2	Órgãos de encargo judicial.....	53
7.1.1.3	Órgãos auxiliares extravagantes	53
8	Órgãos do foro extrajudicial	53
9	Ministério Público.....	54
9.1	Posição do Ministério Público na ordem jurídica.....	54
9.2	Prerrogativas reconhecidas ao Ministério Público	54
9.3	Estatuto do Ministério Público.....	54
10	Funções, garantias e estrutura do Ministério Público.....	55

10.1	Funções do Ministério Público.....	55
10.2	Natureza jurídica do Ministério Público.....	55
10.3	Garantias do Ministério Público	55
10.4	Estrutura do Ministério Público.....	56
10.5	Conselho Nacional do Ministério Público.....	56
10.6	Corregedoria do Ministério Público.....	57
10.7	Ingresso na carreira do Ministério Público.....	57
11	Princípios informativos do Ministério Público.....	57
11.1	Princípio da unidade e indivisibilidade.....	57
11.2	Princípio da independência funcional.....	57
12	Advocacia pública.....	58
12.1	Advocacia-geral da União	58
12.2	Ingresso na carreira de procurador federal.....	58
13	Advocacia privada	58
13.1	Natureza jurídica da advocacia.....	58
14	Defensoria Pública	59
14.1	Natureza jurídica da Defensoria Pública.....	59
14.2	Ingresso na carreira de defensor público.....	59
14.3	Conselho Superior da Defensoria Pública	60
	Bibliografia.....	60

CAPÍTULO 4 - JURISDIÇÃO..... 61

1	Funções básicas do Estado: legislação, administração e jurisdição	61
1.1	Funções do Estado.....	61
1.2	Conceito de soberania estatal	61
1.3	Poderes da União e suas funções.....	61
2	Jurisdição e equivalentes jurisdicionais	62
2.1	Jurisdição e função jurisdicional	62
2.1.1	Conceito de jurisdição.....	62
2.2	Equivalentes jurisdicionais.....	63
3	Características da jurisdição em confronto com a legislação	63
3.1	Confronto entre as funções estatais	63
3.1.1	Jurisdição.....	63
3.1.2	Legislação.....	63
4	Critérios de distinção entre jurisdição e administração.....	64
4.1	Critério orgânico	64
4.2	Critério formal.....	64
4.3	Critério da diversidade de procedimento lógico.....	65
4.4	Critério da finalidade.....	65
4.5	Critério psicológico.....	65
4.6	Critério de acertamento do direito	65
4.7	Critério da natureza do interesse protegido.....	66
4.8	Critério da sanção	66

4.9	Critério da substituição de atividade	66
4.9.1	Característica da jurisdição: Chiovenda	66
4.9.2	Distinção entre jurisdição e administração	67
4.10	Critério da exclusão	67
5	Caracterização do ato jurisdicional	67
5.1	Características do ato jurisdicional: Couture	68
5.2	Formas externas do ato jurisdicional	68
6	Elementos da jurisdição e poderes jurisdicionais	68
6.1	Elementos da jurisdição segundo a doutrina clássica	69
6.2	Elementos da jurisdição para a moderna doutrina	69
6.2.1	Poder de decisão	69
6.2.2	Poder de coerção	69
6.2.3	Poder de documentação	70
7	Princípios fundamentais da jurisdição	70
7.1	Princípio da investidura	70
7.2	Princípio da aderência ao território	70
7.3	Princípio da indelegabilidade	71
7.4	Princípio da indeclinabilidade	71
7.5	Princípio do juízo natural	71
7.6	Princípio da inércia	72
7.7	Princípio do acesso à justiça	72
7.8	Princípio da <i>nula poena sine iudicio</i>	72
8	Extensão da jurisdição	73
8.1	Limites da jurisdição	73
8.2	Paralelismo entre legislação e jurisdição	73
8.3	Fórmula da nacionalização do direito estrangeiro	73
9	Jurisdição e suas divisões	73
9.1	Jurisdição e soberania estatal	73
9.2	Classificação da jurisdição	74
9.2.1	Quanto à gradação	74
9.2.2	Quanto à matéria	74
9.2.3	Quanto à origem	74
9.2.4	Quanto aos organismos judiciários	74
9.2.5	Quanto à forma	75
10	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária: visão teórica	76
10.1	Jurisdição voluntária para Chiovenda	76
10.2	Importância da distinção entre as duas jurisdições	76
10.3	Critérios distintivos das jurisdições contenciosa e voluntária	77
10.3.1	Critério da contenciosidade da relação jurídica	77
10.3.2	Critério da coação	77
10.3.3	Critério da repressão e da prevenção	77
10.3.4	Critério do escopo constitutivo da jurisdição voluntária	77
10.3.5	Síntese das duas jurisdições	78
11	Tese revisionista do conceito de jurisdição voluntária	78

11.1	Processo contencioso e processo voluntário.....	78
11.1.1	Ausência de litígio ou controvérsia.....	79
11.1.2	Ausência de contraparte.....	79
11.1.3	Ausência de demanda.....	79
11.1.4	Jurisdição voluntária é atividade jurisdicional.....	79
12	Jurisdição e arbitragem.....	80
12.1	Existência de jurisdição na arbitragem.....	80
12.2	Existência de processo arbitral.....	80
12.3	Arbitragem no atual Código de Processo Civil.....	81
12.4	Princípio da colaboração na arbitragem.....	81
12.5	Medida cautelar ou de urgência na arbitragem.....	81
13	Resolução consensual dos conflitos.....	82
13.1	Conciliação e mediação.....	82
	Bibliografia.....	82
	CAPÍTULO 5 - COMPETÊNCIA.....	85
1	Competência: conceito e relações com a jurisdição.....	85
1.1	Competência como medida da jurisdição.....	85
1.2	Distinção entre juízo e juiz.....	86
2	Limites e delimitação da jurisdição no espaço.....	86
2.1	Extensão da jurisdição.....	86
2.2	Princípio da efetividade.....	87
2.3	Competência externa e competência interna.....	87
3	Competência interna.....	88
3.1	Critérios de determinação da competência.....	88
3.1.1	Sistema de determinação da competência de Carnelutti.....	88
3.1.2	Critérios de determinação da competência de Chiovenda.....	89
3.1.2.1	Critério objetivo.....	89
3.1.2.2	Critério territorial.....	89
3.1.2.3	Critério funcional.....	89
3.2	Critérios de competência do Código de Processo Civil.....	90
3.2.1	Critério objetivo.....	90
3.2.1.1	Competência pela matéria.....	90
3.2.1.2	Competência pelo valor.....	90
3.2.1.3	Competência pela qualidade da pessoa.....	91
3.3	Competência territorial.....	92
3.3.1	Foro geral e foros supletivos e especiais.....	92
3.3.1.1	Foro geral.....	92
3.3.1.2	Foros supletivos do geral.....	93
3.3.1.3	Foros especiais.....	93
3.3.2	Critério da situação da coisa.....	93
3.3.3	Critério da condição da pessoa.....	93
3.3.4	Critério do lugar do ato ou fato.....	94
3.4	Critério funcional.....	94

4	Prorrogação de competência: conexão e prevenção	95
4.1	Competência absoluta.....	96
4.2	Competência relativa	96
4.3	Prorrogação de competência	96
4.3.1	Prorrogação legal e prorrogação voluntária	96
4.3.2	Conexão de causas: doutrina de <i>Pescatore</i>	96
4.3.2.1	Elementos da ação	97
4.3.2.2	Conexão nos processos civil e penal.....	97
4.3.3	Continência de causas	97
4.3.3.1	Continência no processo penal	97
4.3.4	Conexão e continência no processo trabalhista.....	98
4.4	Prorrogação de competência	98
4.4.1	Competência no processo penal	98
4.5	Prevenção de competência	98
5	Perpetuação da jurisdição	99
5.1	Perpetuação da jurisdição ou da competência	99
5.1.1	Momento de perpetuação da competência.....	99
5.1.2	Perpetuação da jurisdição no processo penal	99
	Bibliografia	100

CAPÍTULO 6 – PROBLEMÁTICA DA AÇÃO

1	Evolução do conceito de ação	101
1.1	Evolução da ação no direito romano	101
1.1.1	Sistema das ações da lei	101
1.1.2	Sistema formulário	102
1.1.2.1	Composição da fórmula	103
1.1.3	Sistema da <i>cognitio</i> extraordinária	103
1.2	Codificação de Justiniano e a definição de ação de Celso e Ulpiano	103
1.2.1	Teoria imanentista da ação	103
1.3	Polêmica Windscheid <i>versus</i> Muther.....	104
2	Teorias sobre a ação.....	107
2.1	Ação como direito a uma sentença justa	108
2.2	Ação como emanção da personalidade	108
2.3	Ação como direito de ser ouvido em juízo	109
2.4	Ação como pretensão de tutela jurídica	109
2.5	Ação como direito potestativo	110
2.6	Ação como direito processual das partes	111
2.7	Ação como direito de petição	112
2.8	Ação como direito cívico	113
2.9	Ação como direito à jurisdição	114
3	Relatividade do conceito de ação.....	115
4	Condições da ação civil.....	116
4.1	Interesse de agir	117

4.2	Legitimação das partes.....	117
4.3	Crítica à concepção original de Liebman sobre a ação	117
5	Condições da ação penal	118
6	Defesa contra a ação. Questões sobre o exercício da ação	118
6.1	Conceito de “questão”	118
6.2	Classificação das questões na teoria de Hélio Tornaghi.....	119
7	Classificação das ações.....	120
7.1	Classificação da ação civil	120
7.2	Classificação da ação trabalhista	123
7.3	Classificação da ação penal.....	124
8	Elementos da ação	126
8.1	Teorias sobre a causa de pedir: individuação e substanciação	126
	Bibliografia.....	127
CAPÍTULO 7 – PROBLEMÁTICA DO PROCESSO		129
1	Valores e normas fundamentais.....	129
1.1	Ordenação do processo civil.....	129
1.2	Direito constitucional processual e direito processual constitucional	130
2	Principais teorias sobre a natureza do processo	130
3	Processo como contrato.....	131
4	Processo como quase contrato.....	132
5	Processo como instituição	132
6	Processo como situação jurídica.....	135
6.1	Feição estática e dinâmica do direito	136
6.1.1	Expectativa de sentença favorável	136
6.1.2	Perspectiva de sentença desfavorável	136
6.1.3	Situação de possibilidade	136
6.1.4	Situação de encargo ou de ônus	136
6.1.5	Situação de dispensa de encargo	137
6.1.6	Crítica de Calamandrei à teoria da situação jurídica	137
6.1.7	Mérito da teoria de Goldschmidt: conceito de ônus processual.....	137
7	Processo como relação jurídica	138
7.1	Sistematização da relação jurídica processual	138
8	Relação jurídica processual: características	140
9	Caracterização da relação processual.....	142
9.1	Teoria linear da relação processual	142
9.2	Teoria angular da relação processual.....	143
9.3	Teoria triangular da relação processual.....	143
10	Pressupostos processuais: pressupostos de existência e pressupostos de validade	144
10.1	Pressupostos processuais	145
10.1.1	Pressupostos de existência da relação processual.....	145
10.1.1.1	Pressupostos subjetivos de existência do processo.....	145
10.1.1.2	Pressuposto objetivo de existência do processo.....	145

10.2	Pressupostos de validade da relação processual	146
10.2.1	Pressupostos de validade subjetivos do processo.....	146
10.2.1.1	Pressupostos de validade em relação às partes.....	146
10.2.1.2	Pressupostos de validade em relação ao juiz	147
10.2.2	Pressupostos de validade objetivos do processo	148
11	Defesa contra o processo	150
11.1	Questões sobre o processo	150
11.2	Conceito de exceção como sinônimo de defesa	150
11.2.1	Alegações contra o processo	150
11.2.2	Modalidades de defesa no processo civil	150
11.2.3	Modalidades de defesa no processo penal	151
11.2.4	Tratamento das questões no Código de Processo Civil	151
11.2.5	Questão processual e objeção processual.....	151
11.2.6	Modos de alegação das questões processuais	152
11.2.7	Exceção e objeção no direito positivo civil e penal.....	152
11.2.8	Exceções na Consolidação das Leis do Trabalho	152
	Bibliografia	152
CAPÍTULO 8 - CONTEÚDO OBJETIVO DO PROCESSO		155
1	Problemática do mérito	155
1.1	Mérito na doutrina tradicional	155
2	Mérito e lide	155
2.1	Mérito na doutrina de Carnelutti.....	155
2.2	Mérito na doutrina de Liebman	156
2.3	Lide total e lide parcial.....	156
2.4	Configuração do pedido na doutrina de Liebman.....	156
2.5	Julgamento parcial do mérito	157
3	Mérito em matéria penal	157
3.1	Conceito de mérito em matéria penal	158
4	Defesa contra o mérito	158
4.1	Defesa direta contra o mérito	158
4.2	Defesa indireta contra o mérito	159
4.3	Conceito substancial de exceção	159
5	Pontos prejudiciais e questões prejudiciais	159
5.1	Conceito de questão prejudicial	160
5.2	Visão pragmática das questões prejudiciais	160
5.3	Características das questões prejudiciais.....	161
5.4	Categorias de questões prejudiciais.....	162
6	Questões preliminares e questões prejudiciais	162
6.1	Ponto comum entre questões preliminares e prejudiciais.....	162
6.2	Diferenças entre questões preliminares e prejudiciais.....	162
6.3	Questões prejudiciais e coisa julgada	163
	Bibliografia	163

CAPÍTULO 9 – COMPOSIÇÃO SUBJETIVA DO PROCESSO	165
1 Sujeitos processuais	165
1.1 Sujeitos principais do processo	165
1.2 Sujeitos secundários do processo	165
1.3 Sujeitos <i>sui generis</i> do processo	166
2 Partes: generalidades, conceito; princípios informativos	166
2.1 Sujeitos parciais do processo	166
2.2 Configuração da relação processual: simples e litisconsorcial	166
2.3 Sujeitos da relação processual e da relação material	167
2.4 Conceito civilista de parte	167
2.5 Concepção moderna de parte	167
2.6 Denominação das partes no processo	168
2.7 Princípios informativos das partes	168
3 Pluralidade de partes, ativa e passiva. Litisconsórcio	169
3.1 Conceito de litisconsórcio	169
3.2 Classificação do litisconsórcio	170
3.2.1 Litisconsórcio ativo, passivo e misto	170
3.2.2 Litisconsórcio inicial e ulterior	170
3.2.3 Litisconsórcio necessário e facultativo	170
3.2.4 Litisconsórcio unitário e não unitário	172
4 Intervenção de terceiros	172
4.1 Conceito de terceiro	173
4.1.1 Intervenção de terceiros no processo	173
4.1.2 Espécies de intervenção de terceiros	173
4.1.3 Espécies de assistência	174
4.1.3.1 Assistência simples	174
4.1.3.2 Assistência litisconsorcial	174
4.1.4 Conceito de interesse jurídico	174
4.1.5 Interesse de fato ou econômico	175
4.1.6 Diferença entre assistência simples e litisconsorcial	175
4.1.6.1 Natureza jurídica do assistente litisconsorcial	176
4.1.7 Denúnciação da lide	176
4.1.8 Chamamento ao processo	176
4.1.9 Desconsideração da personalidade jurídica	176
4.1.10 <i>Amicus curiae</i>	177
5 Substituição processual e legitimação extraordinária	177
6 Diferenças entre representação, substituição e sucessão processual	178
6.1 Representação processual	178
6.2 Substituição processual	178
6.3 Sucessão processual	178
7 Limites de incidência da autonomia da vontade: o poder dispositivo	178
7.1 Poder dispositivo da parte no processo civil	179
7.2 Poder dispositivo no processo trabalhista	179
7.3 Poder dispositivo no processo penal	180
Bibliografia	181

CAPÍTULO 10 – MORFOLOGIA DO PROCESSO	183
Distinção entre processo e procedimento	183
1.1 Conceito de processo na ciência do direito.....	183
1.2 Conceito de procedimento.....	184
1.3 Classificação dos procedimentos.....	184
1.3.1 Procedimentos cíveis	184
1.3.2 Procedimentos penais.....	185
1.3.3 Procedimentos trabalhistas.....	185
2 Princípios processuais.....	186
2.1 Conceito de princípio	186
3 Princípios informativos do processo.....	186
3.1 Princípio lógico.....	186
3.2 Princípio jurídico	186
3.3 Princípio político	186
3.4 Princípio econômico	187
4 Princípios fundamentais do processo.....	187
4.1 Princípio da iniciativa da parte.....	187
4.2 Princípio do impulso oficial.....	187
4.3 Princípio do contraditório	188
4.3.1 Contraditório substancial	189
4.4 Princípio inquisitório ou inquisitivo.....	189
4.5 Princípio dispositivo	189
4.6 Princípio da lealdade processual	190
4.7 Princípio da publicidade.....	190
4.8 Princípio da preclusão	191
4.9 Princípio da eventualidade.....	191
4.10 Outros princípios processuais.....	191
4.10.1 Princípio da inafastabilidade	191
4.10.2 Princípio da duração razoável do processo	192
4.10.3 Princípio da boa-fé objetiva.....	193
4.10.4 Princípio da cooperação.....	193
4.10.5 Princípio da paridade de tratamento.....	195
4.10.6 Fins sociais da lei e exigências do bem comum	195
4.10.7 Princípio da proibição de decisão-surpresa.....	197
4.10.8 Princípio da fundamentação	198
4.10.9 Princípio da publicidade	198
5 Princípios procedimentais.....	199
5.1 Procedimento oral.....	199
5.2 Princípios informativos do procedimento oral.....	199
5.2.1 Princípio da imediação.....	199
5.2.2 Princípio da identidade física do juiz.....	200
5.2.3 Princípio da concentração	200
5.2.4 Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias	200
6 Tipologia do processo.....	201

6.1	Classificação do processo.....	201
6.1.1	Processo de conhecimento.....	202
6.1.1.1	Processo de conhecimento declaratório.....	202
6.1.1.2	Processo de conhecimento constitutivo.....	202
6.1.1.3	Processo de conhecimento condenatório.....	202
6.1.2	Processo de execução.....	202
6.2	Processo individual.....	203
6.3	Processo coletivo.....	203
6.3.1	Direito subjetivo e interesse legítimo.....	204
6.4	Processo social.....	205
6.5	Processos penal, trabalhista e civil.....	205
6.6	Processo penal acusatório, inquisitório e misto.....	205
6.7	Juiz das garantias e processo acusatório.....	207
	Bibliografia.....	207

CAPÍTULO 11 DISCIPLINA NORMATIVA DO PROCESSO..... 209

1	Norma jurídica.....	209
1.1	Leis substantivas e leis adjetivas.....	209
1.2	Normas materiais e normas processuais.....	209
1.2.1	Normas materiais.....	209
1.2.2	Normas processuais.....	210
1.2.2.1	Divisão das normas processuais.....	210
2	Fontes do direito processual.....	210
3	Interpretação e integração da norma processual.....	212
3.1	Interpretação do ponto de vista objetivo.....	212
3.1.1	Interpretação gramatical ou literal.....	212
3.1.2	Interpretação lógica ou teleológica.....	212
3.1.3	Interpretação sistemática.....	212
3.1.4	Interpretação histórica.....	213
3.2	Interpretação do ponto de vista subjetivo.....	213
3.2.1	Interpretação autêntica.....	213
3.2.2	Interpretação doutrinária.....	213
3.2.3	Interpretação judicial.....	213
3.3	Interpretação do ponto de vista dos resultados.....	213
3.3.1	Interpretação extensiva.....	213
3.3.2	Interpretação restritiva.....	213
3.4	Outras formas de interpretação.....	213
3.5	Integração da norma processual.....	214
3.5.1	Analogia.....	214
3.5.2	Costumes.....	215
3.5.3	Princípios gerais de direito.....	215
3.5.4	Equidade.....	215
4	Limitações espaciais e temporais na aplicação da norma processual.....	215
4.1	Princípio da territorialidade.....	215

4.2	Conflito temporal de leis processuais.....	216
4.2.1	Disposições finais e transitórias do Código de Processo Civil.....	216
4.3	Sistemas de solução dos conflitos de normas processuais.....	216
4.3.1	Sistema da unidade processual.....	216
4.3.2	Sistema das fases processuais.....	217
4.3.3	Sistema do isolamento dos atos processuais.....	217
4.4	Ultratividade das leis processuais.....	217
5	Aplicação das normas processuais.....	217
5.1	Leis processuais nacionais e estrangeiras.....	217
5.2	Projeto de normas transnacionais.....	217
5.3	Ausência de normas nos demais processos.....	217
	Bibliografia.....	218
CAPÍTULO 12 – DINÂMICA DO PROCESSO.....		219
	Dinamicidade do processo.....	219
1.1	Fases ou momentos do processo.....	219
1.2	Impulso processual.....	219
1.2.1	Autodinâmica e heterodinâmica.....	219
2	Fatos, atos e negócios jurídicos processuais.....	220
2.1	Fato e fatos jurídicos.....	220
2.1.1	Fato jurídico processual e sua classificação.....	220
2.1.1.1	Fato juridicamente irrelevante.....	221
2.1.1.2	Fato jurídico <i>lato sensu</i> e ato jurídico.....	221
2.1.1.3	Ato jurídico <i>stricto sensu</i>	221
2.1.1.4	Negócio jurídico processual.....	221
2.2	Caracterização do ato processual.....	222
3	Princípios informativos dos atos processuais.....	222
3.1	Princípio da legalidade.....	223
3.2	Princípio da publicidade.....	223
3.3	Princípio da instrumentalidade.....	223
3.4	Princípio da sanabilidade.....	223
4	Tempo dos atos processuais. Prazos e caducidades.....	223
4.1	Conceito de prazo.....	223
4.2	Prazo e termo.....	223
4.3	Classificação dos prazos.....	224
4.3.1	Prazo dilatatório e prazo peremptório.....	224
4.3.2	Prazo legal, judicial e convencional.....	224
4.3.3	Prazo comum, especial e individual.....	225
4.3.4	Prazo próprio e prazo impróprio.....	225
5	Revelia e preclusão.....	225
5.1	Revelia no processo.....	225
5.1.1	Efeitos da revelia no processo.....	226
5.2	Preclusão de prazos.....	226

5.2.1	Espécies de preclusão	226
5.2.1.1	Preclusão temporal	226
5.2.1.2	Preclusão lógica	226
5.2.1.3	Preclusão consumativa	226
6	Perfeição e eficácia do ato processual: teoria das nulidades	227
6.1	Irregularidade do ato processual	227
6.2	Nulidade processual e sistemas de nulidades	227
6.2.1	Qualquer defeito acarreta nulidade	228
6.2.2	Nulidade resulta de declaração da lei	228
6.2.3	Nulidade varia conforme a gravidade do vício	228
6.3	Princípios informativos das nulidades	228
6.3.1	Princípio da causalidade	228
6.3.2	Princípio da instrumentalidade das formas	228
6.3.3	Princípio do interesse	228
6.3.4	Princípio da economia processual	229
6.4	Ato processual inexistente.....	229
7	Ordem cronológica na prática de atos processuais	229
8	Calendário para a prática de atos processuais	230
	Bibliografia	231
CAPÍTULO 13 PROVA.....		233
1	Prova.....	233
1.1	Origem e significado vulgar de prova.....	233
1.2	Conceito lógico e jurídico de prova	233
1.3	Conceito de prova na doutrina	233
1.4	Sentidos objetivo e subjetivo da prova.....	233
1.5	Conceito de prova judiciária.....	234
2	Objeto, função e destinatário da prova	234
2.1	Objeto da prova judiciária.....	234
2.2	Função da prova judiciária	234
2.3	Destinatários da prova judiciária	234
3	Classificação das provas.....	234
3.1	Prova pessoal.....	234
3.2	Prova real.....	235
3.3	Prova direta	235
3.4	Prova indireta.....	235
3.5	Prova testemunhal.....	235
3.6	Prova documental	235
3.7	Prova material.....	235
3.8	Prova casual.....	235
3.9	Prova preconstituída	235
4	Meios probatórios: pressupostos e limitações.....	236
4.1	Fixação dos fatos no processo.....	237

4.1.1	Prova no processo penal.....	237
4.1.2	Juiz das garantias no campo probatório penal.....	237
4.1.3	Prova no processo civil.....	238
5	Natureza do direito probatório.....	238
5.1	Natureza jurídica da prova.....	238
6	Distribuição do ônus probatório: significado.....	239
6.1	Conceito de ônus probatório.....	239
6.2	Distribuição estática da prova.....	239
6.3	Ônus da prova na doutrina.....	239
7	Critérios formais de distribuição do ônus probatório.....	240
7.1	Critério de Carnelutti.....	240
7.2	Critério de Chiovenda.....	240
7.3	Critério de Betti.....	240
7.4	Problemática do ônus probatório.....	241
8	Critério material de distribuição do ônus probatório.....	241
8.1	Repartição do ônus da prova.....	241
8.1.1	Fato constitutivo do direito.....	241
8.1.2	Fato impeditivo do direito.....	242
8.1.3	Fato modificativo do direito.....	242
8.1.4	Fato extintivo do direito.....	242
9	Dinamização e inversão do ônus da prova.....	242
9.1	Distribuição dinâmica da prova.....	242
9.1.1	Dinamização do ônus da prova.....	242
9.1.2	Momento de inversão do ônus da prova.....	243
10	Fatos como objeto da prova.....	243
10.1	Fatos que carecem de prova.....	244
10.1.1	Prova de fatos controvertidos.....	244
10.1.2	Prova de fatos relevantes.....	244
10.1.3	Prova de fatos determinados.....	244
10.2	Fatos que não carecem de prova.....	244
10.2.1	Fatos incontroversos.....	244
10.2.2	Fatos evidentes.....	245
10.2.3	Fatos impertinentes.....	245
10.2.4	Fatos irrelevantes ou inconcludentes.....	245
10.2.5	Fatos impossíveis.....	245
10.2.6	Fatos indeterminados.....	245
10.2.7	Fatos notórios.....	245
10.2.8	Fatos possíveis com prova impossível.....	246
10.2.8.1	Natureza da impossibilidade da prova.....	246
11	Prova de fatos negativos.....	247
11.1	Problemática da prova de fato negativo.....	247
12	Prova do direito.....	247
13	Motivos de prova, meios de prova e procedimento probatório.....	247
13.1	Motivos de prova.....	248

13.2	Meios de prova.....	248
13.3	Procedimento probatório.....	248
13.4	Eficácia objetiva e atendibilidade da prova.....	248
14	Alcance do procedimento probatório. Princípios probatórios.....	248
14.1	Fases ou momentos do procedimento probatório	248
14.1.1	Proposição da prova.....	248
14.1.2	Admissão da prova.....	248
14.1.3	Produção da prova	249
14.2	Princípios informativos da oralidade.....	249
14.2.1	Princípio da identidade física do juiz.....	249
14.2.2	Princípio da concentração da prova	249
14.2.3	Princípio da imediação.....	250
14.2.4	Outros princípios probatórios.....	250
14.2.4.1	Princípio da unidade da prova	250
14.2.4.2	Princípio da vedação da prova ilícita.....	250
14.2.4.3	Princípio da comunhão da prova.....	250
14.2.4.4	Princípio do <i>in dubio pro reo</i>	250
14.2.4.5	Princípio da persuasão racional.....	250
15	Produção antecipada da prova.....	250
15.1	Ata notarial.....	251
16	Sistemas de valoração das provas	251
16.1	Sistemas de avaliação das provas.....	251
16.1.1	Sistema positivo ou legal	252
16.1.2	Sistema da íntima convicção.....	252
16.1.3	Sistema da persuasão racional.....	252
17	Verdade no processo: verdade formal e verdade material	253
17.1	Princípio da verdade formal	253
17.2	Princípio da verdade material.....	253
	Bibliografia.....	253
	CAPÍTULO 14 - SENTENÇA.....	255
	Introdução ao estudo da sentença: atos ordinatórios e atos decisórios.....	255
1.1	Atos processuais do juiz.....	255
1.1.1	Classificação dos atos do juiz	255
1.1.1.1	Despachos ordenatórios.....	255
1.1.1.2	Despachos interlocutórios	256
1.1.1.3	Decisões terminativas.....	256
1.1.1.4	Decisões definitivas	256
1.2	Atos processuais do juiz no processo civil	256
1.2.1	Sentença.....	256
1.2.2	Decisão interlocutória	256
1.2.3	Despachos	256
1.3	Atos do juiz nos processos penal e trabalhista	256
2	Conceito de sentença	257

2.1	Sentença no processo romano	257
2.2	Sentença no processo medieval.....	257
2.3	Derivação etimológica do vocábulo “sentença”.....	257
2.4	Sentença na doutrina	257
3	Gênese lógica da sentença	257
3.1	Construção silogística da sentença	258
3.2	Conceito de subsunção	258
3.3	Sentença contém vários silogismos.....	258
3.4	Conceito de sentença para Couture.....	258
4	Natureza da atividade judicial na emissão da sentença.....	258
4.1	Sentença como ato de inteligência do juiz	258
4.2	Sentença como ato de inteligência e vontade.....	258
4.3	Elemento essencial e característico da sentença.....	259
4.4	Resposta de Alfredo Rocco às críticas à sua teoria	259
4.5	Sentença na concepção de Chiovenda.....	259
4.6	Sentença na concepção de Lopes da Costa	260
5	Função da sentença	260
5.1	Sentença como ato de criação do direito objetivo.....	260
5.1.1	Teoria de Bülow.....	260
5.1.2	Teoria de Carnelutti	260
5.2	Sentença como ato de criação do direito subjetivo.....	261
5.3	Doutrina sobre a função declaratória da sentença.....	261
5.3.1	Lacunas na lei e integração das normas jurídicas.....	261
6	Sentença como ato processual e como fato processual. Efeitos da sentença	261
6.1	Sentença como ato jurídico processual	261
6.1.1	Publicação da sentença no processo civil.....	262
6.1.2	Publicação da sentença no processo trabalhista	262
6.1.3	Publicação da sentença no processo penal	262
6.2	Efeitos principais da sentença como ato processual	262
6.3	Efeitos secundários da sentença como fato processual	262
7	Classificação da sentença.....	262
7.1	Sentença declaratória.....	263
7.2	Sentença constitutiva	263
7.3	Sentença condenatória.....	263
7.4	Sentenças sujeitas a cumprimento forçado.....	263
8	Requisitos ou elementos essenciais da sentença.....	264
8.1	Componentes essenciais da sentença.....	264
8.1.1	Relatório	264
8.1.2	Fundamentos da sentença.....	264
8.1.2.1	Necessidade de fundamentação	264
8.2	Parte dispositiva da sentença	265
8.2.1	Dispositivo direto e dispositivo indireto.....	265
9	Efeitos da sentença na interferência das jurisdições.....	265
9.1	Prevalência da jurisdição penal sobre a civil	266

9.2	Quando a sentença penal não se projeta no cível	266
9.3	Fixação de danos civis pela sentença penal.....	267
9.4	Sentença penal e coisa julgada no cível.....	267
9.5	Decisão no juízo criminal e processo trabalhista.....	267
	Bibliografia	268
CAPÍTULO 15 – RECURSO		269
Recurso		269
1.1	Derivação etimológica da palavra “recurso”	269
1.2	Sentido técnico-processual do termo “recurso”	269
1.3	Notas características do recurso.....	269
1.4	Conceito de recurso na doutrina.....	269
2	Duplo grau de jurisdição	270
2.1	Recurso e dualidade de instâncias.....	270
3	Natureza jurídica do recurso.....	270
3.1	Concepção do recurso como ação	270
3.2	Concepção do recurso como direito distinto da ação	271
4	Pressupostos recursais.....	271
4.1	Pressupostos recursais objetivos.....	272
4.1.1	Recorribilidade da decisão.....	272
4.1.2	Tempestividade do recurso.....	272
4.1.3	Singularidade do recurso	272
4.1.4	Adequação do recurso.....	272
4.1.5	Observância da forma legal	273
4.1.6	Motivação do recurso	273
4.1.7	Preparo do recurso.....	273
4.2	Pressupostos subjetivos do recurso	273
4.2.1	Legitimação para recorrer.....	274
4.2.2	Interesse jurídico em recorrer	274
5	Sucumbência	274
5.1	Conceito de sucumbente	274
5.1.1	Sucumbência como gravame para a parte	274
5.1.2	Sucumbência em função do pedido	274
5.2	Classificação da sucumbência	275
5.2.1	Sucumbência única e múltipla	275
5.2.2	Sucumbência direta e reflexa.....	276
5.2.3	Sucumbência total e parcial	276
6	Fundamento do recurso.....	277
6.1	Erro de procedimento.....	277
6.2	Erro de julgamento.....	277
7	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	277
7.1	Tribunal conhece ou não conhece do recurso.....	278
7.2	Tribunal dá ou nega provimento ao recurso.....	278

8	Efeitos do recurso	278
8.1	Efeito suspensivo do recurso.....	278
8.2	Efeito devolutivo do recurso	278
8.3	Efeito extensivo	278
8.4	Efeito retratativo do recurso	279
9	Modos de impugnação das decisões	279
9.1	Impugnação por meio de recurso e por ação autônoma.....	279
9.2	Principal reflexo da interposição do recurso.....	279
9.2.1	Reiteração e iteração da relação processual.....	279
10	Classificação dos recursos	280
10.1	Classificação quanto à natureza.....	280
10.2	Classificação quanto à iniciativa recursal.....	280
10.3	Classificação quanto à extensão do recurso.....	281
10.4	Classificação quanto à autonomia do recurso	281
10.5	Classificação quanto ao poder de retratação do juiz	281
10.6	Classificação quanto ao fundamento recursal.....	281
11	Tipologia recursal.....	283
11.1	Teoria do recurso indiferente.....	283
11.2	Modalidades de recurso no processo civil	283
11.2.1	Mandado de segurança como sucedâneo recursal.....	283
11.2.2	Medidas de quase recurso.....	283
11.3	Modalidades de recurso no processo penal.....	284
11.4	Modalidades de recurso no processo trabalhista	284
12	Incidentes recursais.....	286
12.1	Assunção de competência.....	287
12.2	Arguição de inconstitucionalidade	287
12.3	Resolução de demandas repetitivas.....	287
12.4	Reclamação.....	287
12.5	Recursos extraordinário e especial repetitivos	287
13	Proibição de <i>reformatio in peius</i>	287
	Bibliografia.....	288
CAPÍTULO 16 – COISA JULGADA		289
1	Natureza jurídica da sentença recorrível.....	289
1.1	Ato jurídico sujeito a condição suspensiva	289
1.2	Ato jurídico sujeito a condição resolutiva.....	289
1.3	Mera situação jurídica ou simples ato do magistrado	290
1.4	Ato jurisdicional por excelência.....	290
1.5	Ato imperativo do Estado-juiz.....	291
1.6	Ato jurídico sujeito a revogação	291
1.7	Ato jurídico sujeito a condição suspensiva ou resolutiva.....	291
2	Escoço histórico da coisa julgada.....	291
2.1	Coisa julgada no processo romano.....	291

2.2	Coisa julgada no processo medieval	292
2.3	Novos contornos dados à coisa julgada por Liebman	292
3	Coisa julgada: coisa julgada <i>formal</i> e coisa julgada <i>material</i>	292
3.1	Coisa julgada formal	292
3.2	Coisa julgada material	293
4	Justificação da coisa julgada.....	293
4.1	Fundamento político da coisa julgada	293
4.2	Fundamento jurídico da coisa julgada.....	293
4.2.1	Principais teorias sobre o fundamento jurídico da coisa julgada	293
4.2.1.1	Teoria da presunção de verdade.....	293
4.2.1.2	Teoria da ficção da verdade	294
4.2.1.3	Teoria da força legal substancial da sentença	294
4.2.1.4	Teoria da eficácia da declaração	294
4.2.1.5	Teoria da vontade do Estado	295
4.2.1.6	Teoria da extinção da obrigação jurisdicional do Estado	295
4.2.1.7	Teoria da sentença como lei especial.....	296
4.2.1.8	Teoria da qualificação dos efeitos da sentença.....	296
4.2.1.8.1	Eficácia natural da sentença	297
4.2.1.8.2	Autoridade de coisa julgada.....	298
5	Limites objetivos da coisa julgada	298
5.1	Coisa julgada no processo civil.....	299
5.1.1	Coisa julgada e questões prejudiciais	299
5.2	Relação entre o dispositivo e os fundamentos da sentença	299
6	Limites subjetivos da coisa julgada	300
6.1	Coisa julgada em relação às partes na demanda	300
6.2	Teorias sobre a extensão da coisa julgada a terceiros	301
6.2.1	Teoria da identidade objetiva da relação jurídica	301
6.2.2	Teoria da representação.....	301
6.2.3	Teoria da identidade da posição jurídica	301
6.2.4	Teoria da subordinação da posição jurídica	301
6.2.5	Teoria dos efeitos reflexos da coisa julgada	302
6.2.5.1	Categorias de terceiros em relação ao processo	303
7	Teoria da eficácia natural da sentença	303
7.1	Distinção entre eficácia natural da sentença e coisa julgada	303
7.1.1	Princípios básicos da teoria de Liebman.....	304
8	Projeção da coisa julgada penal na esfera cível e vice-versa	304
8.1	Prevalência da jurisdição penal sobre a cível.....	304
8.1.1	Teoria da unidade da jurisdição.....	304
8.1.2	Teoria da ficção da representação	304
8.1.3	Teoria da predominância do princípio inquisitório no processo penal.....	305
8.1.4	Necessidade de evitar julgados contraditórios	305
	Bibliografia	305

CAPÍTULO 17 EXECUÇÃO	307
1 Execução e processo.....	307
1.1 Autonomia do processo de execução.....	307
2 Pressupostos processuais na execução.....	308
2.1 Pressupostos genéricos e específico do processo de execução	308
2.2 Competência no processo de execução	309
2.3 Objeto do processo de execução.....	309
2.3.1 Lide de pretensão insatisfeita.....	309
2.4 Condições da ação de execução.....	309
3 Defesa na execução.....	309
3.1 Natureza jurídica dos embargos à execução.....	309
4 Execução e jurisdição.....	310
4.1 Caráter substitutivo da execução.....	310
4.2 Natureza da execução penal.....	310
5 Exceção (ou alegação) de pré-executividade	311
5.1 Construção doutrinária do instituto.....	311
5.2 Problemática da exceção de pré-executividade.....	311
6 Cumprimento de sentença	311
6.1 Cumprimento de sentença penal, arbitral e estrangeira.....	312
6.2 Cumprimento parcial da sentença: parte líquida e ilíquida.....	312
Bibliografia	312
BIBLIOGRAFIA GERAL	313